

INFORMAÇÃO PÚBLICA: PARADOXOS E DESAFIOS¹

Eliany Alvarenga de Araújo

Resumo

O artigo analisa a informação enquanto bem público sob dois aspectos: geração e consumo da informação por atores públicos; e geração de informação por atores públicos e consumo por atores privados. O primeiro aspecto está relacionado às políticas públicas de informação, ou seja, o Estado deve ser um provedor de informação, situação em que persistem lacunas e descontinuidades. Quanto à geração de informação por atores públicos e o consumo por atores privados, o texto destaca a terceirização da geração de informação no contexto estatal, desse modo os atores privados se propõem a gerar informações públicas a baixo custo e com maior eficiência do que as organizações públicas. Considerando esses aspectos e as transformações tecnológicas, econômicas e sociais os profissionais da informação e seus produtos e serviços estão sujeitos a novos paradigmas que poderão influenciar a estrutura e o conteúdo dos serviços e produtos de informação.

Palavras-Chave

Informação Pública; Políticas Públicas de Informação; Paradigmas da Informação.

¹ Palestra proferida no "Seminário em Ciências da Informação", promovido pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, 23 a 25 de agosto de 2001.

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais características distintivas do homem, em relação às outras espécies é a sua capacidade de representar simbolicamente as experiências vividas, transformando-as em discursos com significação, em saberes sobre o mundo, comunicáveis entre homens. Assim, o aprendizado cotidiano do mundo realiza-se não numa simples relação direta com ele, estando antes mediado pelos saberes preservados e transmitidos na cultura, que ordenam e dão sentido à esta relação. Neste contexto sócio-cultural emerge o fenômeno informacional.

Preservar e transmitir o que se sabe da cultura e da natureza são atividades sem as quais não se poderia pensar o ser humano. Mas na era moderna estas atividades, intrínsecas ao funcionamento da sociedade, vão adquirir uma nova dimensão.

A ação de preservação dos saberes humanos experimenta aceleração e abrangência cada vez maiores, uma busca de alargamento da capacidade de gestão de tudo o que se sabe à quase totalidade. São ações que vão desde a manutenção de acervos públicos, nas mais variadas formas, em suportes não facilmente perceptíveis, como é o caso da microfilmagem, passam pelas memórias institucionais e pessoais, pelas bibliotecas públicas, espe-

cializadas e serviços de documentação, arquivos, etc. até as bases de dados, catálogos, arquivos pessoais, mecânicos ou inseridos em computadores ou microcomputadores pessoais. A questão não se restringe a um armazenamento que garanta a preservação, mas, também, a rápida recuperação que permita a reconstrução de histórias, séries históricas, trajetórias de pessoas, empresas, instituições, países, assuntos, verificação de propriedades, de genealogias, de identidades. Há como que um alargamento em extensão e intenção da preservação e transmissão dos saberes modernos, uma ação que chamamos gestão e que se faz sentir com o fenômeno hoje, denominado “explosão da informação” ou, como foi denominado no passado recente “caos documentário”. É neste contexto informacional que se discute/analisa os conceitos – informação e informação pública. É a partir desta realidade que se busca neste texto uma compreensão sobre o fenômeno informacional. Assim indagamos: **o que é a informação? Qual a dinâmica da informação enquanto bem público?**

2 INFORMAÇÃO PÚBLICA: PARADOXOS E DESAFIOS

Podemos associar o termo público a dois campos sociais. Por um lado temos o termo público associado ao Estado (estru-

tura, serviços e políticas). Por outro lado temos este termo igualmente associado ao espaço público (espaço comunitário) em oposição ao espaço privado (espaço da individualidade). Na primeira acepção deste termo temos uma conceituação relacionada a políticas, projetos e serviços gerados/mantidos pela máquina estatal. Aqui podemos tratar questões relativas ao direito à informação e da relação da informação com a cidadania. Sob o enfoque do espaço público em contraposição ao espaço privado emergem questões relativas ao direito à

privacidade e a informação como mercadoria.

Uma vez demarcadas estas posições conceituais sobre os termos público e informação pública, podemos discutir os paradoxos e desafios presentes na atual dinâmica de unidades de informação pública. Para levantar tal discussão utilizaremos parcialmente o esquema matricial de Cubillo (2000). Conforme este autor as situações possíveis para a geração e uso de informação por atores públicos são as seguintes:

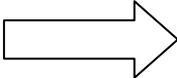
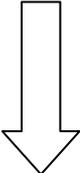
<p><u>GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR</u></p> 	
<p><u>USO/CONSUMO DE INFORMAÇÃO POR</u></p> 	<p><u>ATORES PÚBLICOS</u></p>
<p><u>ATORES PÚBLICOS</u></p>	<p><u>QUADRANTE I</u> Geração de informação por atores públicos e consumo de informação por atores públicos.</p>
<p><u>ATORES PRIVADOS</u></p>	<p><u>QUADRANTE II</u> Geração de informação por atores públicos e consumo de informação por atores privados.</p>

Figura 1 – Quadrantes de geração e consumo de informação por atores públicos

Fonte: Cubillo (2000).

No quadrante I temos a geração e consumo de informação por atores públicos. Esta é uma região ou espaço fundamental para as políticas públicas de informação. Vejamos a expressão “**tornar pública a informação pública**”. Como podemos interpretar esta frase? Vale a idéia de que o Estado, através de suas instituições, políticas e seus serviços, deve disponibilizar informações para o público em geral. Sob este aspecto temos no Brasil o *Habeas Data*, que obriga o poder público a disponibilizar para o cidadão informações que tenha sobre o mesmo e, se forem comprovados erros, o Estado deve corrigir tais informações. Apesar desta iniciativa da Constituinte de 1988, poucas novidades são notadas na relação informacional do Estado Brasileiro com o cidadão. No geral persistem lacunas, deficiências e descontinuidades de toda ordem, o que faz com que a cidadania informacional seja de baixa qualidade. Neste contexto específico temos as tradicionais bibliotecas públicas, que sobrevivem, com honrosas exceções, por pura teimosia. As deficiências seculares (espaço físico inadequado, ausência de recursos humanos qualificados, acervos desatualizados e falta ou reduzidos recursos financeiros) são as mesmas nos últimos 70 anos.² As ações governamentais

para as bibliotecas públicas se repetem governo a governo e produzem os mesmos resultados pífios. A grande novidade nesta área, em tempos de sociedade de informação, é a ação do MINC/MCT no sentido de criar os telecentros.³ junto às bibliotecas públicas. O paradoxal aqui é a permanência das deficiências seculares (citadas anteriormente) junto a algo “moderno”. Assim, a proposta dos telecentros não evidencia a necessidade da resolução de tais deficiências. Tal proposta ainda cria um novo problema, quando coloca que, na ausência de uma biblioteca formalmente constituída, qualquer coleção de 400 exemplares é suficiente para que os interessados participem da proposta dos telecentros. A Internet constitui-se numa espécie de Shangri-lá, onde tudo acaba bem e todos os nossos melhores sonhos se realizaram. Sabemos de antemão que a Internet sozinha não vai resolver este quadro secular de deficiências. Esta questão deve ser enfrentada de forma séria e profissional e não apenas distribuindo computadores “a mão cheia”. O desafio para as unidades de informação pública, principalmente na versão das bibliotecas públicas, é gerar um modelo que o poder público municipal possa sustentar

² Oficialmente o Estado Brasileiro só estabeleceu políticas para as bibliotecas públicas a partir de 1937 com a criação do Instituto Nacional do Livro-

INL, durante o período ditatorial do Estado Novo, 1937/1954.

³ Instalações que prestam serviços de comunicações eletrônicas para camadas menos favorecidas, especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos ou mesmo em áreas mais distantes. Fonte: Livro Verde (2001).

economicamente e que seja significativo para a comunidade. A estrutura mais viável nos parece ser a de serviços de informação pública descentralizados geograficamente e instalados em instituições já reconhecidas pela comunidade como de fundamental importância para a mesma, tais como: igrejas, hospitais, escolas, delegacias, mercados, agência dos correios, entre outros.

Diante desta questão – uso de novas tecnologias de informação no contexto das unidades de informação pública – vale salientar ainda o fato de que a Internet pode ser vista como uma vitrine que nos apresenta ao mundo e que gera possibilidades de ampliação de acesso/uso de informação pública. Mas, em decorrência de vários fatores, de diferentes ordens (tecnológicos, econômicos, políticos, culturais), esta possibilidade tem se mostrado, ainda de difícil implementação. Na verdade, a Internet, sob este aspecto, tem disponibilizado de forma globalizada, informações esquiladas e desatualizadas do Estado e suas instituições. Em um texto intitulado “Entre o real e o virtual: estudo sobre o desenvolvimento e manutenção de Websites de órgãos públicos no estado da Paraíba”, Afonsina Rezende mostra as barreiras à consolidação da presença do estado brasileiro na Internet são as seguintes:

- Ausência de profissionais especializados (da área da informática);

- Atendimento precário ao público, tanto na dimensão real, como na virtual. Neste aspecto fica ressaltado um aspecto tradicional da cultura organizacional do serviço público brasileiro, onde a disponibilização de informação para o cidadão é visto como algo desnecessário ou de menor valor;

- Linguagem extremamente técnica, o que gera dificuldades de compreensão por parte do cidadão;

- Conteúdo informacional exíguo, ou seja, a disponibilização de informações sobre os órgãos governamentais, em termos de espaço nos sites é extremamente reduzida. Conforme Rezende (2000), de um total de 94 links dispostos nas páginas de entrada dos sites analisados em sua pesquisa, aproximadamente 37% terminavam em páginas com informações não relacionadas diretamente com os órgãos que representavam, links para outros sites, informações técnicas sobre o site, janelas para e-mails, acessos permitidos apenas com senha e páginas em desenvolvimento;

- Reduzida ação de geração de conteúdo apropriado. Geralmente as informações disponibilizadas constituíam-se de dados que já eram de domínio dos autores das home pages. Assim, os conteúdos das informações disponibilizadas ficavam em segundo plano e acabavam por serem de-

finidos de acordo com a facilidade ou não em obtê-los;

- Ausência de políticas de atualização das informações disponibilizadas e de atendimento via Internet de pedidos de informação por parte do cidadão.

Conforme Dowbor (1995), a relação do Estado brasileiro com o cidadão via Internet ainda tem muito a ser melhorada. Assim,

do lado da administração pública temos, com honrosas exceções, dirigentes e servidores acobertados pelas regras de uma burocracia viciada, que induz à corrupção, ao desrespeito no uso do dinheiro público e a indiferença ao cidadão; por outro lado temos o cidadão, relegado às filas intermináveis dos guichês, desinformado sobre seus direitos, o que lhe roubava a força do coletivo, do público [...] Afinal, as tecnologias podem preencher alguns espaços, agilizar alguns processos, mas não são a garantia de soluções mágicas para questões relativas a relações sociais e políticas historicamente conflituosas e desiguais.

Diante destas colocações podemos ver que este tema apresenta como desafio a necessidade de um maior aprofundamento e a implementação de políticas de informação pública com novos formatos.

No quadrante II, temos a geração de informação por atores públicos e o consumo por atores privados. Esta é uma área em expansão e trata da apropriação privada, para fins privados e de lucro (em al-

guns casos), de informações geradas com os recursos de todos os cidadãos. Sob este aspecto podemos visualizar o seguinte quadro: a terceirização da geração de informação no contexto estatal. Assim, os atores privados se propõem a gerar informações públicas a baixo custo e com maior eficiência do que as organizações públicas. Tal possibilidade evidencia o desejo de atores privados em vender a atores privados e atores públicos informação com valor agregado gerada, a partir de informações “brutas”, pelos órgãos públicos. Neste contexto, temos a informação assumindo a função de mercadoria. Esta situação pode nos parecer inusitada, mas pode vir a ser uma solução interessante para enfrentar a reduzida eficiência das unidades de informação estatais.

A situação relatada apresenta um desafio para as unidades de informação pública, pois exige uma melhor definição clara em termos de direitos e deveres das partes envolvidas, bem como, a discussão sobre a gratuidade de informações com caráter de utilidade pública.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre paradoxos e desafios vivemos atualmente o grande paradigma das mudanças. Os eixos destas mudanças, conforme Dowbor (1995), são:

• **Progresso Tecnológico:** As transformações mais significativas podem ser resumidas em cinco grandes eixos: informática, biotecnologia, novas formas de energia, telecomunicações, novos materiais;

• **Globalização:** processo de internacionalização do espaço mundial que afeta a esfera econômica de todos os países, construindo novas dinâmicas nesta esfera e ao mesmo tempo destruindo culturas e governos nacionais;

• **Urbanização:** Atualmente o Brasil tem quase 80% de sua população vivendo nas cidades, invertendo as proporções do início da década de 50. Isto significa, por sua vez, que devemos reestruturar políticas e serviços públicos, no sentido de atender essas novas populações urbanas;

• **Polarizações:** As divisões entre ricos e pobres atingem taxas absurdas neste final de século. O relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial de 1992, indica que somos 5,3 bilhões de habitantes para um PIB mundial de 22 trilhões de dólares, o que significava 4.200 dólares por habitantes. Assim, o planeta já produz amplamente o suficiente para uma vida digna para todos os habitantes do planeta. Na prática isto não ocorre, pois 16 trilhões destes recursos, 72% ficam com 800 milhões de habitantes dos países do norte que representam 15% da população

mundial. O efeito disto é que o cidadão do norte dispõe em média de 60 vezes mais de recursos do que o 3 bilhões de pobres do planeta, ainda que não tenha, seguramente 60 vezes mais filhos para educar.

No campo do profissional da informação estes eixos geram impactos significativos. Conforme Taparanof (1997), os novos paradigmas para esta área são os seguintes:

• **Paradigma tecnológico:** Uso maciço de novas tecnologias de informação;

• **Paradigma de Biblioteca Virtual:** Este tipo de biblioteca tende a se constituir, num futuro próximo, numa realidade para os profissionais da informação no país;

• **Paradigma do acesso à informação:** Tendência de mudança gradual de hábitos velhos de processamento de informação, para uma postura mais gerencial e administrativa, quanto aos procedimentos técnicos e, ainda, quanto a uma postura mais proativa em termos de ofertas de serviços;

• **Paradigma de Qualidade:** A qualidade começa a ser vista como uma característica importante dos sistemas de informação;

• **Paradigma da cooperação:** O uso corrente de novas tecnologias de informação, possibilitará o desenvolvimento de

atividades de cooperação / compartilhamento de produtos e serviços de informação.

Consideramos que estes paradigmas irão influenciar a estrutura e o conteúdo dos serviços e produtos de informação. Assim, a compreensão sobre a natureza dos mesmos é necessária, pois tal postura poderá gerar respostas proativas e eficientes.

Concluindo, salientamos que a nossa intenção, ao tratar este tema desta forma, não era de esgotá-lo. Apenas tentamos compartilhar idéias, que esperamos, estimulem novas reflexões.

REFERÊNCIAS

BROOKES, B. C. The foundations of Information Science. *Journal of Information Science*. v.2, p.209-211, 1980.

CUBILLO, J. Os quatro quadrantes: uma tentativa de setorização entre o público e o privado na informação. *Revista de Informática Pública*, n.2, maio 2000. Disponível em: <<http://www.ip.pbh.gov.br>>.

DOWBOR, L. Os novos espaços do conhecimento. *Revista Transformação*. v.7, n.1;2;3, jan./dez. 1985.

REZENDE, A. M. G. *Entre o real e o virtual: as trilhas da informação na configuração do ciberespaço: um estudo sobre o desenvolvimento e manutenção de websites de órgãos públicos no Estado da Paraíba*. João Pessoa, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba.

TAKAHASHI, T. (Org.). *Sociedade da Informação no Brasil: livro verde*. Brasília: MCT, 2000.

TAPARANOFF, K. *O perfil do profissional da informação no Brasil*. Brasília: FIBRA/IEL, 1997.

Eliany Alvarenga de Araújo

Departamento de Biblioteconomia e Documentação / DBD
Universidade Federal da Paraíba / UFPB
y.alvarenga@gmail.com

Title

Public information: paradoxes and challenges

Analyses the information as a public good under to aspects: production and consumption of information by the public actors; and information production by public actors and consumption by private actors. The first aspect is related to the police of public information, in which the State must be an information provider, a situation where lacks and discontinuities remain. Concerning the information production by public actors and consumption by private actors, the article emphasizes the outsourcing of information production in the State context, in this sense the private actors propose to generate public information with lower cost and with more efficiency than public organizations. Considering these aspects, as well as the technological, economical and social changes, the information' professionals and theirs products and services are liable to new paradigms, which must exert influence on the structure and contents of services and information products.

Keywords

Public Information; Police of Public Information

Titulo

Información Pública: Paradojos Y Desafíos

Resumen

El artículo analiza la información mientras bien público bajo dos aspectos: generación y consumo de la información por actores públicos; y generación de información por actores públicos y consumo por actores privados. El primer aspecto, es de la generación y el consumo de la información por actores públicos, está relacionado a las políticas públicas de información, o sea, el Estado debe ser un proveedor de información, situación en que persiste lacunas y discontinuidades. Cuanto a la generación de información por actores públicos y el consumo por actores privados, el texto destaca la "tercerización" de la generación de información en el contexto estatal, de ese modo los actores privados se proponen a generar informaciones públicas a bajo custo y con mayor eficiencia de lo que las organizaciones públicas. Considerando esos aspectos y las transformaciones tecnológicas, económicas y sociales los profesionales de la información y sus productos y servicios están sujetos a nuevos paradigmas que podrán influenciar la estructura y el contenido de los servicios y productos de información.

Palabras Clave

Información Pública; Políticas Públicas de Información

Artigo recebido em: 23/08/2001
